

EDITORIAL

Lauro Mattei¹

O Número 28 da Revista NECAT, relativo ao segundo semestre de 2025, está sendo disponibilizado com artigos que tratam de diversos temas econômicos e sociais relativos ao país e ao estado de Santa Catarina em particular. O primeiro artigo, intitulado “*Reforma Tributária: análise comparativa do antes e depois*” e de autoria Juliano Giassi Goularti, mostra-se que a Emenda Constitucional n.132/2023 buscou romper com o sistema tributário anterior com características complexas e ineficientes, uma vez que a tributação na origem, no caso do ICMS, estimulava a guerra fiscal entre as unidades da federação. A nova política tributária criou um imposto sobre o valor agregado dual, além do imposto seletivo. Ao introduzir a não cumulatividade e eliminar a tributação no destino reduziram-se as disputadas entre os estados federativos. A transição para esse novo modelo será gradual, devendo ser completa somente no ano de 2033 quando impostos atuais (ISS e ICMS) serão definitivamente extintos. O autor concluiu que a referida mudança tributária deverá causar um efeito redistributivo importante, sendo que serão favorecidos ao redor de 82% dos municípios do país.

O segundo artigo, intitulado “*Determinantes econômicos das exportações brasileiras de minério de ferro para a China*” e de autoria de Cássio da Silva Brum, Dunia Berwaldt Judeh, Maranatha Fett, Steven Silveira Nascimento e Daniel Arruda Coronel, analisa os principais determinantes econômicos das exportações de minério de ferro do Brasil para a China enfatizando a influência das variáveis renda, taxa de câmbio e preços de exportação. Utilizando-se da metodologia de Vetores com Correção de Erros (VEC), chegou-se à conclusão que no longo prazo as rendas, tanto brasileira como chinesa, foram as principais responsáveis pelo aumento das exportações desse minério, enquanto os preços tiveram impactos negativos e a taxa de câmbio não produziu nenhum efeito relevante.

No terceiro artigo, intitulado “*Uma aparente contradição: oferta agrícola e preços de alimentos em alta no Brasil*” e de autoria de José Giacomo Baccarin e Gustavo Jun Yakushiji, destaca-se que entre 2007 e 2025 a alimentação apresentou aumento

¹ Professor titular do Curso de Graduação em Ciências Econômicas e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador Geral do NECAT-UFSC e Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

relativo maior de preços que outros gastos do consumidor brasileiro, fato que passou a ser chamado de inflação de alimentos. Com base no índice de preços do IBGE os autores procuraram explicar as razões que explicariam tal fato. Concluiu-se que o aumento do preço internacional das commodities agrícolas e a elevação da participação brasileira na exportação agrícola mundial são a principal causa da inflação de alimentos, em especial da alimentação no domicílio.

O quarto artigo, intitulado “*Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região da Campanha do Rio Grande do Sul*” e de autoria de Juliano Luiz Fossá, Mariana Barbosa Roch, Tanice Andreatta e Ana Paula Schervinski Willwock, analisa o PAA na região rio-grandense no período entre 2012 e 2023. Para tanto, foram utilizados dados de desempenho do programa por meio da plataforma VIS DATA 3 Beta, com ênfase nas seguintes variáveis: número de agricultores familiares fornecedores e os recursos financeiros pagos. Como conclusão os autores destacaram que houve uma diminuição drástica dos fornecedores, enquanto o montante financeiro envolvido sofreu uma redução de 98%. Tais fatos caracterizam o programa na região analisada como extremamente ao longo do período considerado.

O quinto artigo, intitulado “*A militarização das escolas melhora o desempenho escolar? Evidências a partir da implantação das escolas cívico-militares no estado de Santa Catarina*”, de autoria de Vicente Loeblein Heinen, Lauro Mattei e Maurício Mulinari analisa o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) instituído em 2021 pelo Governo Bolsonaro com o objetivo de converter escolas públicas para o modelo cívico-militar. Esse programa foi extinto pelo Governo Lula III em 2023 sob a justificativa de não apresentar bons resultados. Diante disso, o governo de Santa Catarina decidiu “estadualizar” o programa, bancando o pagamento dos militares alocados nas escolas com recursos próprios. A avaliação do governo catarinense foi de que o programa teria “beneficiado muito os estudantes na melhoria da qualidade da aprendizagem” e de que as escolas cívico-militares teriam “os melhores índices nos exames e nas avaliações”. Para testar essa afirmação, foi construído um modelo de diferenças em diferenças, utilizando os microdados do IDEB das escolas antes e depois da militarização. Os resultados revelam que a militarização não teve impacto significativo no desempenho escolar em ambos os níveis do ensino fundamental. No entanto, sugerem que as escolas cívico-militares tiveram um desempenho pior no IDEB do ensino médio, com impacto

negativo de 6,3% na comparação com as escolas de características semelhantes, mas que não foram militarizadas.



Destacamos que a Revista NECAT vem contribuindo para promover e disseminar o conhecimento sobre os mais distintos temas e assuntos pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico do país e do estado de Santa Catarina.